

Brasil pode rejeitar escolha dos bancos

SÃO PAULO — Os bancos estrangeiros estão prevendo dificuldades na negociação de seus créditos vencidos com o Brasil, avaliados em US\$ 44 bilhões. Ontem, algumas dessas instituições, caso do ING Bank e do Banco Holandês, estimavam que mais de 95% dos créditos já estariam comprometidos com pelo menos uma das seis opções acertadas com o Governo brasileiro no ano passado. O problema é que, segundo projeções de mercado, a maioria dos bancos optou pelos bônus ao par, que não prevêem redução do principal da dívida. Para o Brasil, seria mais vantajoso que a escolha recaísse sobre os bônus com desconto, que embutem um deságio de 35% na dívida com os bancos.

— Os bônus ao par devem ter atraído 65% dos créditos, cabendo 25% aos papéis com desconto e 10% para as demais opções. Resta, agora, saber se o Governo brasileiro vai aceitar a escolha e se vai comprar os títulos do Tesouro americano que seriam oferecidos como garantia para os bônus ao par — comenta Igor Cornelsen, diretor do banco de investimento Chartered West LB Limited, da Inglaterra.

A hipótese é remota, na opinião de Antônio Carlos Simões

Corrêa, diretor da área de Corporate Finance do Banco Holandês, controlado pelo holandês ABN-Amro, um dos maiores bancos da Europa. Segundo Corrêa, o Governo brasileiro dificilmente aceitará percentuais superiores a 40% ou 50% para os bônus ao par.

— Não descarto um impasse, embora as partes estejam notadamente interessadas no acordo. Hoje, diria que há 50% de chances de fracasso — avalia.

Outro ponto que pode atrapalhar o acerto com os bancos internacionais é a lentidão das negociações do Brasil com o Fundo Monetário Internacional (FMI). O acordo com o FMI serviria como aval para a negociação com os credores privados, além de garantir ao Brasil um financiamento de cerca de US\$ 1,6 bilhão para a compra de títulos do Tesouro americano. Os papéis seriam oferecidos aos bancos como garantia para o refinanciamento da dívida.

— A auditoria do FMI também é uma questão a ser revista. Os bancos poderão, em tese, abrir mão dessa exigência prévia, mas estabelecerão um prazo para que o Brasil chegue a um acordo com o Fundo — diz Corrêa.